

# Crescimento depende de reformas

Economistas vêem terceira geração de mudanças como pré-condição para “choque de credibilidade”

**RICARDO REGO MONTEIRO**  
REPÓRTER DO JB

A manutenção da trajetória de queda do risco Brasil e do dólar, ensaiada na última semana, depende necessariamente de uma terceira geração de reformas constitucionais, além do aprofundamento do superávit primário e da maior integração do país com as economias globalizadas. Para o economista José Alexandre Scheinkman, da Universidade de Princeton, um compromisso do próximo governo com tais objetivos resultará não só na melhoria dos indicadores do país, mas também na duplicação das exportações e importações do país.

Segundo Scheinkman, para tornar-se uma potência exportadora, o país precisa aumentar, primeiro, sua participação no fluxo de comércio interna-

cional. Isso, segundo ele, representa pré-condição para a transformação do país naquilo o que ele classifica como “um país normal”.

Scheinkman participou ontem, no Rio, do seminário Reavaliação do Risco Brasil, promovido pela Fundação Getúlio Vargas. Na ocasião, também estiveram presentes o diretor-gerente do banco americano Goldman Sachs, o brasileiro Paulo Leme; o presidente do Banco Central, Arminio Fraga; além dos presidentes da Petrobras e Vale do Rio Doce, respectivamente Francisco Gros e Roger Agnelli.

Para Leme, cujo discurso convergiu com o de Scheinkman, a queda do dólar para um patamar entre R\$ 3 e R\$ 3,15 depen-

de do aumento da meta de superávit primário dos atuais 3,75%, em 2003, para algo em torno de 5% do Produto Interno Bruto.

Segundo Leme, juntamente com o anúncio de uma boa

equipe econômica pelo novo governo, tais medidas produziram um “choque de credibilidade”, que resultaria na redução da relação dívida/PIB ao longo de 2003. Com isso, diz o diretor-gerente do Goldman

Sachs, seria possível ao país produzir os primeiros índices de crescimento, no início de 2004.

Com relação à terceira geração de reformas, Sheinkman inclui, além das previdenciária e tributária, a reformulação da lei de falências e mudanças na legislação que permitam maior liberdade para execução de créditos por credores. Tais medidas, justifica, permitiriam a redução dos *spreads* bancários – diferença entre as taxas de captação e de financiamento dos bancos nacionais.

Uma das alegações para o custo atual do crédito são a taxa básica de juros (Selic), hoje em 21%, e o alto índice de inadimplência. A legislação brasileira impede a execução de garantias de devedores inadimplentes, o que obriga os bancos a arcarem integralmente com os riscos do negócio.

Paulo Leme: “Aumento do superávit primário para 5% do PIB não só faria dólar cair para R\$ 3,15 como também geraria choque de credibilidade”



João Paulo Engelbrecht